

URBANIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E REDE URBANA NO TOCANTINS: CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES POLÍTICO-ECONÔMICAS E REDEFINIÇÃO DOS PAPÉIS DOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS

Urbanization, migration and urban network in Tocantins: concentration of political-economic activities and redefining the roles of major urban centers

Ana Márcia Moreira Alvim*
Kelly Bessa**
Guilherme Luiz Lopes Ferreira***

***Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC / Belo Horizonte, Minas Gerais**
ammalvim@gmail.com

****Universidade Federal do Tocantins - UFT / Palmas, Tocantins**
kellybessa@uft.edu.br

*****Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET / Contagem, Minas Gerais**
guilhermellferreira@gmail.com

RESUMO

O presente artigo, tendo em vista as transformações políticas, econômicas e socioculturais por que vem passando o Tocantins, depois de sua separação política do estado de Goiás, de sua inserção na Amazônia Oriental e da implantação de sua capital estadual, Palmas, em 1989, busca compreender as relações entre urbanização, migração e rede urbana, levando em consideração as novas funções e os novos papéis urbanos desempenhados pelos principais centros desse segmento de rede urbana. Para tanto, foram utilizados dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos 1991, 2000 e 2010 e foram produzidos mapas utilizando-se o ARCGIS para que fosse possível se fazer uma análise espacial. Em apenas 21 anos o ritmo de crescimento demográfico de alguns municípios tocaninenses aumentou consideravelmente, especialmente o de Palmas, que além de atrair migrantes de origens distintas teve seu papel regional ampliado e suas funções urbanas tomaram maior dimensão ampliando sua centralidade. Por outro lado, alguns municípios tiveram decréscimo populacional decorrentes de perdas territoriais, e logo assumiram menor porte tendo sentido alterações em seus papéis regionais. Por tudo isso, um estudo como esse pode ser útil às autoridades públicas envolvidas com o Planejamento Regional, uma vez que atenta para questões essenciais à minimização das desigualdades municipais ou mesmo para que estas não sejam agravadas.

Palavras-chave: Urbanização. Migração. Rede Urbana. Tocantins.

ABSTRACT

This article, in view of the political, economic and socio-cultural transformations that Tocantins has undergone after its political separation from the state of Goiás, its insertion in the Eastern Amazon and the establishment of its state capital, Palmas, in 1989, seeks to understand the relationship between urbanization, migration and the urban network, taking into account the new functions and new urban roles played by the main centers of this urban network segment. For that, data from the Demographic Census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics of 1991, 2000 and 2010 were used and maps were produced using ARCGIS to make a spatial analysis. In just 21 years the population growth rate of some municipalities of Tocantins has increased considerably, especially that of Palmas, which in addition to attracting migrants of different origins had its regional role expanded and its urban functions took on a larger dimension, enlarging its centrality. On the other hand, some municipalities had a population decrease due to territorial losses, and soon they assumed a smaller size and felt changes in their regional roles. For all this, a study like this can be useful to the public

authorities involved with Regional Planning, since it deals with issues essential to the minimization of municipal inequalities or even so that they are not aggravated.

Key words: Urbanization. Migration. Urban Network. Tocantins.

1 INTRODUÇÃO

A criação do estado do Tocantins, sua inserção na região Norte do país e a implantação de sua capital, Palmas, na porção central do novo estado, em 1989¹, provocaram alterações bruscas no arranjo espacial do antigo norte goiano, bem como mudanças na distribuição da população e modificações nas funções urbanas e nos papéis dos principais centros urbanos desta nova unidade da federação brasileira, e, por conseguinte, no padrão espacial da rede de cidades, resultando numa profunda reorganização desse território.

O presente artigo, diante dessas transformações e da análise dos movimentos migratórios intermunicipais, entre 1991 e 2010, no estado do Tocantins, busca compreender as relações entre migração e rede urbana, levando em consideração as funções e os papéis urbanos desempenhados pelos principais centros desse segmento de rede urbana.

Para tanto, utilizou-se de sistematização de dados secundários seguida de análise qualitativa, tanto com relação aos dados demográficos e migratórios como no que diz respeito aos elementos analíticos da rede urbana², especialmente posição geográfica, tamanho populacional e funções urbanas dos principais centros. O exame dos fluxos migratórios, entre os municípios tocaninenses, foi feito para os períodos de 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010, utilizando-se dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foram extraídos por meio do *software* estatístico SPSS 17.0. A partir desses dados, foram elaboradas matrizes dos fluxos migratórios intermunicipais, em âmbito estadual³, sendo mapeados os fluxos intermunicipais e calculados e mapeados os saldos migratórios e as taxas líquidas de migração, por meio de técnica direta, que calcula a migração com data-fixa a partir do conhecimento do local de residência, nos últimos cinco anos, e do local de residência no ano de recenseamento⁴ (CARVALHO; RIGOTTI, 1998). Na análise da rede urbana, além dos dados populacionais e do padrão de rede presente no estudo Regiões de Influência das Cidades-2007 (IBGE, 2008), foram consideradas informações sobre as principais atividades político-econômicas presentes nos centros tocaninenses, a partir de dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE, para os anos de 2006 a 2014 e da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, entre os anos de 2013-2015, juntamente com informações diretas sobre as melhorias na posição geográfica desses centros. Em conjunto, esses dados permitiram mapear a hierarquia dos principais centros desse segmento de rede urbana.

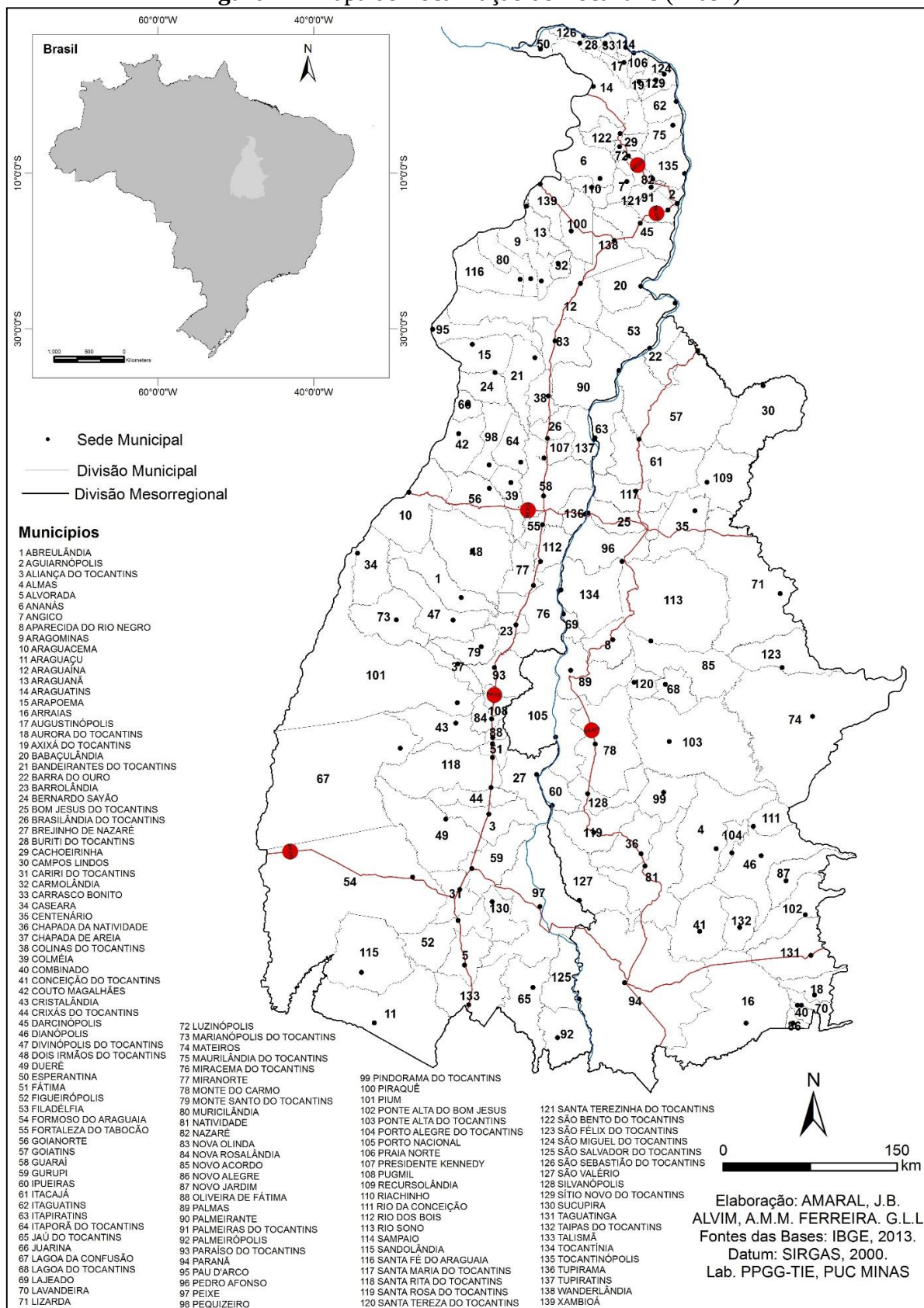
Além desta introdução e das considerações finais, o presente artigo encontra-se subdividido em dois itens: no primeiro, discutem-se os processos de crescimento demográfico e de urbanização aglomerada e concentrada, bem como os movimentos migratórios intraestaduais no Tocantins; no segundo, correlacionam-se os efeitos dessa dinâmica demográfica com a reestruturação do padrão espacial da rede urbana no Tocantins, destacando as funções e os papéis dos principais centros urbanos.

2 URBANIZAÇÃO AGLOMERADO-CONCENTRADA E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTRAESTADUAIS NO TOCANTINS

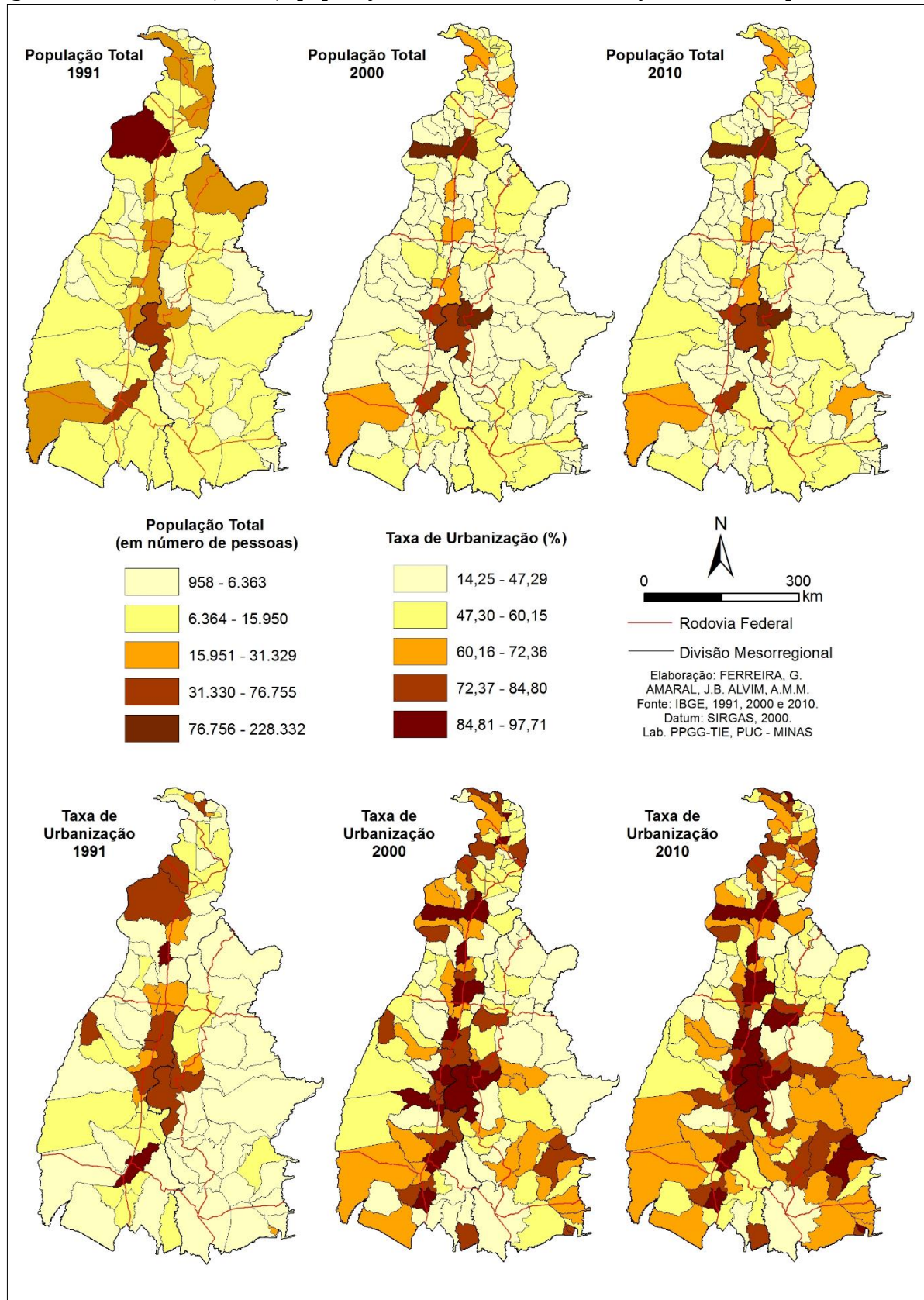
Em 1991, dois anos após a emancipação política, o Tocantins, com 79 municípios, contava com 919.863 habitantes. Em 2000, já com 139 municípios e com um incremento populacional de 237.235 habitantes em relação a 1991, passou a contar com 1.157.098 habitantes, tendo apresentado um crescimento demográfico de 25,8% entre 1991 e 2000. Em 2010, com incremento de 226.347 habitantes entre 2000 e 2010, passou a contar com 1.383.445 habitantes, tendo sido o crescimento

demográfico de 19,6% nesse período. Entre 1991 e 2010, com acréscimo populacional de 463.582, o crescimento demográfico do estado foi de 50,4% (IBGE, 1991; 2000; 2010) (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Mapa de Localização do Tocantins (Brasil)



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Figura 2 – Tocantins (Brasil): população total e taxa de urbanização dos municípios, 1991-2010

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O estado do Tocantins, entre 1991 e 2000, apresentou taxa média de crescimento anual de 2,6%, superior à do Brasil que foi de 1,6% ao ano (IBGE, 1991; 2000). Apesar de essas taxas

decrecerem entre 2000 e 2010, o referido estado manteve taxa média de crescimento anual superior à do Brasil, 1,8% e 1,2% ao ano, respectivamente (IBGE, 2000; 2010).

Ressalta-se que, no início da década de 1990, esse novo estado contava com 79 centros que exerciam funções administrativas por serem sedes municipais (Figura 2). Desses, apenas 12 com população superior a 15.951 habitantes (Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Tocantinópolis, Paraíso do Tocantins, Araguatins, Palmas, Colinas do Tocantins, Guaraí, Miracema do Tocantins, Goiatins e Formoso do Araguaia) (Figura 2 e Tabela 1). Tais municípios, juntos, concentravam 44,9% da população estadual, que, em 1991, totalizava 919.863 habitantes (IBGE, 1991). Em contrapartida, os outros 67 municípios, com menos de 15.950 habitantes, concentravam, em 1991, 55,1% da população estadual (IBGE, 1991).

Já, em 2010, o estado contava com 139 municípios e logo cidades (Tabela 2) que exerciam funções administrativas (Figura 2), dos quais 13 com população superior a 15.951 habitantes (Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Araguatins, Colinas do Tocantins, Guaraí, Tocantinópolis, Miracema do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia e Augustinópolis) (Figura 2 e Tabela 1). Estes juntos concentravam 52,8% da população estadual (IBGE, 2010). É, igualmente, relevante o aumento do número de municípios com menos de 15.950 habitantes, que saltou de 67, em 1991, para 126, em 2010 (Figura 2). A criação de novos municípios, portanto, levou ao aumento considerável do número de municípios de menor porte populacional, bem como à perda de população e de território por parte de alguns municípios em função da criação dos novos. Esses municípios de menor porte concentravam, em 2010, 47,2% da população estadual (IBGE, 2010).

Como evento mais expressivo, destaca-se o crescimento de Palmas, a capital estadual, que saltou de 24.334 habitantes, em 1991, para 228.322 habitantes, em 2010 (Tabela 2). A taxa média de crescimento anual de Palmas atingiu, no período entre 1991 e 2000, 21,2% ao ano; e, no período entre 2000 e 2010, 5,2% ao ano (IBGE, 1991; 2000; 2010).

As taxas de urbanização também assumiram maior expressão após a criação do estado. Entre 1991 e 2010, a proporção da população que vivia em distritos e sedes municipais passou de 57,7% para 78% do total da população residente, em respectivo (IBGE, 1991; 2010), configurando, assim, um contexto de urbanização aglomerada, com o aumento do número dos núcleos com mais de 31.330 habitantes, e de urbanização concentrada, pela presença de centros de tamanho intermediário⁵, em função do aumento do número dos núcleos com mais de 76.756 habitantes (Figura 2 e Tabela 1).

Tabela 1 – Tocantins: crescimento demográfico dos municípios de maior porte demográfico do estado do Tocantins entre 1991-2010

Municípios	1991	2000	Crescimento Demográfico entre 1991-2000 (%)	2010	Crescimento Demográfico entre 2000-2010 (%)	Crescimento Demográfico entre 1991-2010 (%)
Araguaína	103.315	113.143	9,5	150.484	33,0	45,7
Araguatins	27.861	26.010	-6,6	31.329	20,4	12,4
Augustinópolis	10.313	12.964	25,7	15.950	23,8	54,8
Colinas do Tocantins	21.018	25.301	20,4	30.838	22,0	46,9
Dianópolis	14.022	15.428	10,0	19.112	24,0	36,3
Formoso do Araguaia	17.087	18.817	10,0	18.427	-2,1	7,8
Goiatins	18.164	11.036	-39,2	12.064	9,5	-33,6
Guaraí	20.822	20.018	-3,9	23.200	16,0	11,5
Gurupi	56.752	65.034	14,6	76.755	18,0	35,3
Miracema do Tocantins	20.815	24.444	17,4	20.684	-15,3	-0,6
Palmas	24.334	137.355	464,5	228.322	66,2	938,3
Paraíso do Tocantins	28.825	36.130	25,3	44.417	23,0	54,1
Porto Nacional	43.224	44.991	4,1	49.146	9,2	13,7
Tocantinópolis	30.775	22.777	-26,0	22.619	-0,7	-26,5

Fonte: IBGE (1991; 2000; 2010).

Esses dados, conjunto, evidenciam uma tendência de concentração de população em poucos municípios tocantinenses, que, por sua vez, apresentam taxas de urbanização mais expressivas (Figura 2). Trata-se do processo denominado por Santos (1993, p. 69) como “[...] urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da população respectiva - dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, urbanização concentrada, com a multiplicação de cidade de tamanho intermédio [...]”. No Tocantins, têm-se, em 2010, com relação ao porte das aglomerações urbanas, apenas três centros com mais de 76.755 habitantes, dois centros com tamanho entre 31.330 e 76.755 habitantes, que, nesse segmento de rede, assumem também posições como centros intermediários, oito centros com tamanho entre 15.951 e 31.329 habitantes, e, na base, tem-se 126 centros com menos de 15.950 habitantes (IBGE, 2010).

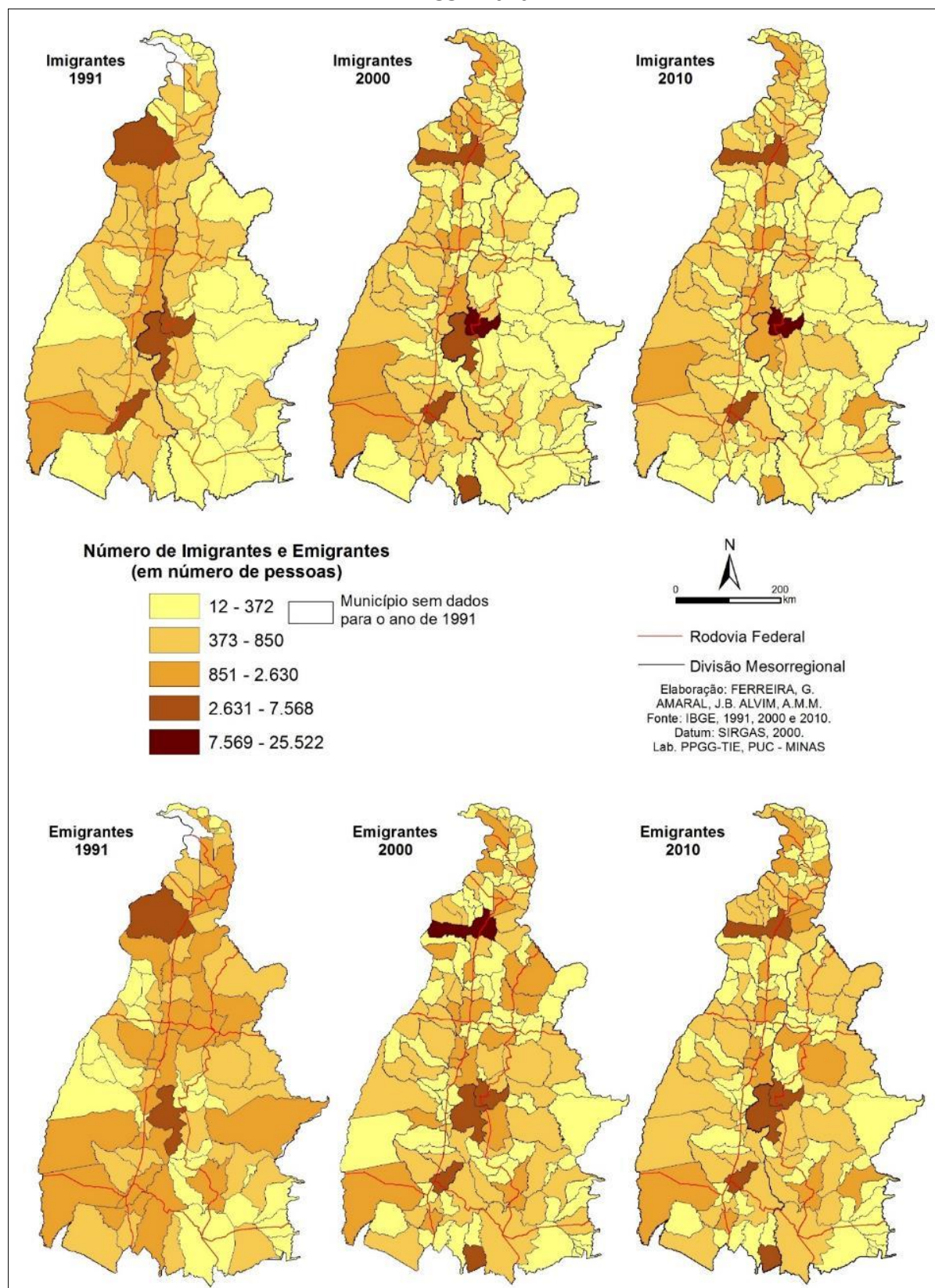
Há destaque para o papel preponderante da urbanização no processo de povoamento, de ocupação e de evolução da região amazônica⁶. Para Machado (1999, p.109), nessa região, a urbanização “é o elemento organizador do sistema de povoamento, aquele que define sua estrutura, seu conteúdo e sua evolução atual”. O processo de urbanização recente no Tocantins, inserido na Amazônia Legal e, oficialmente, na região Norte a partir de 1989, após a separação política do estado de Goiás, enquadra-se nesse contexto, seja pelo crescimento populacional, pelo aumento no número de centros urbanos como sede de novos municípios, seja pelo aumento das taxas de urbanização desses municípios.

Com o novo estado, com a implantação de sua capital estadual e com a criação de 60 novos municípios, percebem-se mudanças na distribuição da população estadual, que, inclusive passa a ser afetada pelas migrações (Figura 3). Os movimentos migratórios intermunicipais, no âmbito estadual (Figura 4), passam a evidenciar o processo de redistribuição da população tocantinense no seu território, numa tendência à aglomeração e à concentração, como já descrito. Nota-se, na análise desses movimentos migratórios intermunicipais, que se trata, em grande parte, de população em idade ativa (IBGE, 1991; 2000; 2010).

No âmbito estadual, Palmas, em 1991, não figurava como o município mais atrativo no novo estado (IBGE, 1991). Porém, nas décadas de 2000 e 2010, a capital passou a contar com forte poder de atração, tornando-se o município mais atrativo para a população estadual (Figura 3) (IBGE, 1991; 2000; 2010). A representação cartográfica dos fluxos intermunicipais evidencia esse poder de atração de Palmas sobre a população tocantinense, até mesmo sobre centros urbanos mais antigos como Porto Nacional, Gurupi e Araguaína. Ademais, os movimentos migratórios mais intensos e de longa distância intraestadual ocorreram principalmente rumo à capital, localizada na porção central do estado (Figura 4).

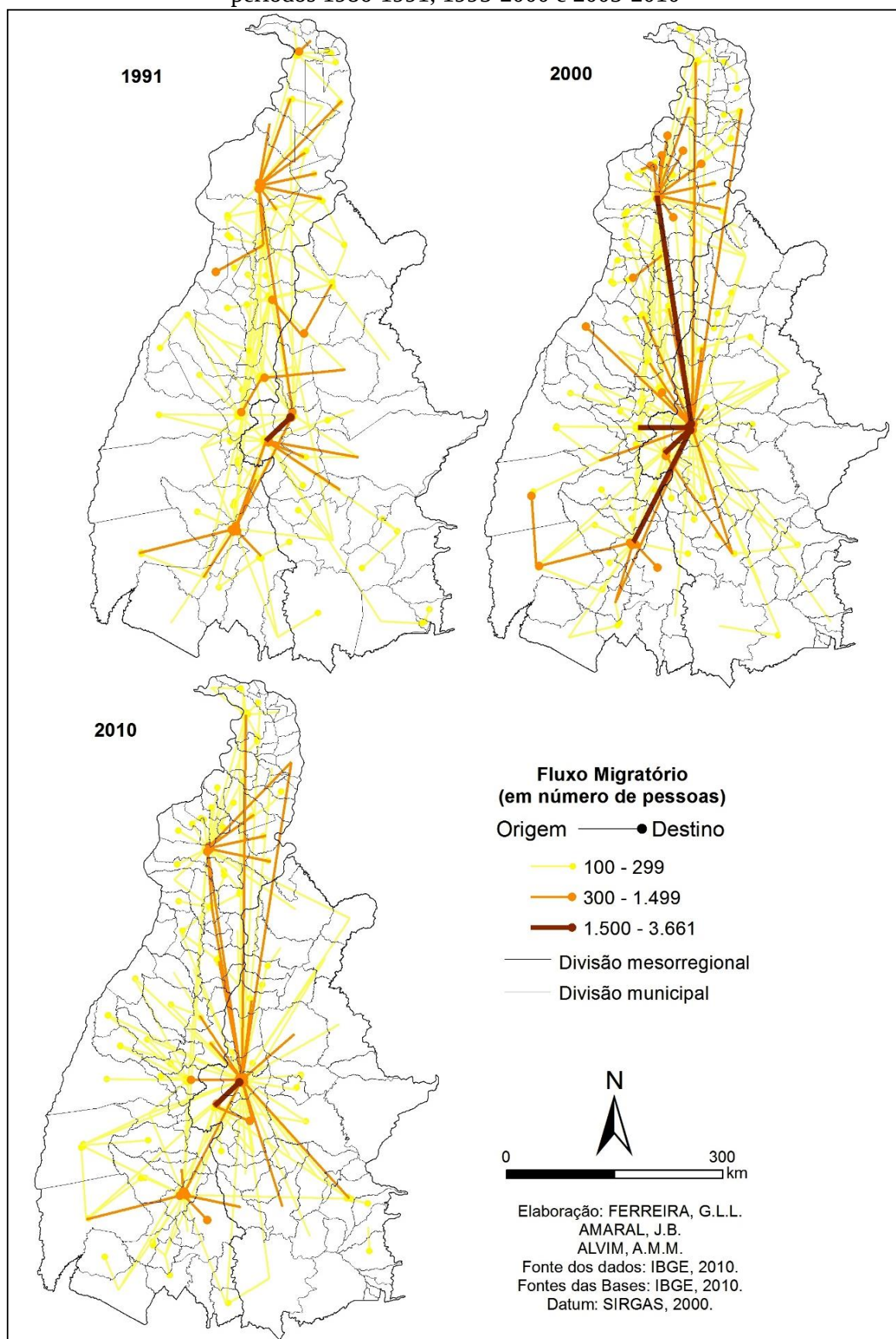
Araguaína e Gurupi apresentaram-se atrativos nos períodos censitários estudados (1991, 2000 e 2010), todavia atraem fluxos mais densos de migrantes do próprio entorno regional, das porções norte e sul do estado, respectivamente (Figuras 3 e 4). Em 1991, Araguaína atraía fluxos consideráveis de migrantes na porção norte do estado. Porém, em 2000, os fluxos mais densos de migrantes saíram de Araguaína para outros municípios dessa porção e para Palmas. Em 2010, Araguaína retomou seu poder de atração na porção norte do estado e passou a atrair fluxos mais densos de migrantes, embora seu alcance de atração mantenha-se predominantemente regional (Figuras 3 e 4) (IBGE, 1991; 2000; 2010). Por sua vez, Gurupi apresentou-se como o mais atrativo da porção sul do estado nesses três períodos censitários (1991, 2000 e 2010), pois recebia os fluxos mais densos de migrantes dessa porção regional no sul do Tocantins (Figuras 3 e 4) (IBGE, 1991; 2000; 2010). Além desses três municípios, destacaram-se, no que diz respeito ao poder de atração de migrantes, Guaraí, Colinas do Tocantins, Miracema do Tocantins, Araguatins, Palmeirópolis e Lagoa da Confusão (Figuras 3 e 4) (IBGE, 1991; 2000; 2010).

Figura 3 – Tocantins (Brasil): imigrantes e emigrantes dos municípios, no âmbito intraestadual, 1991-2010



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

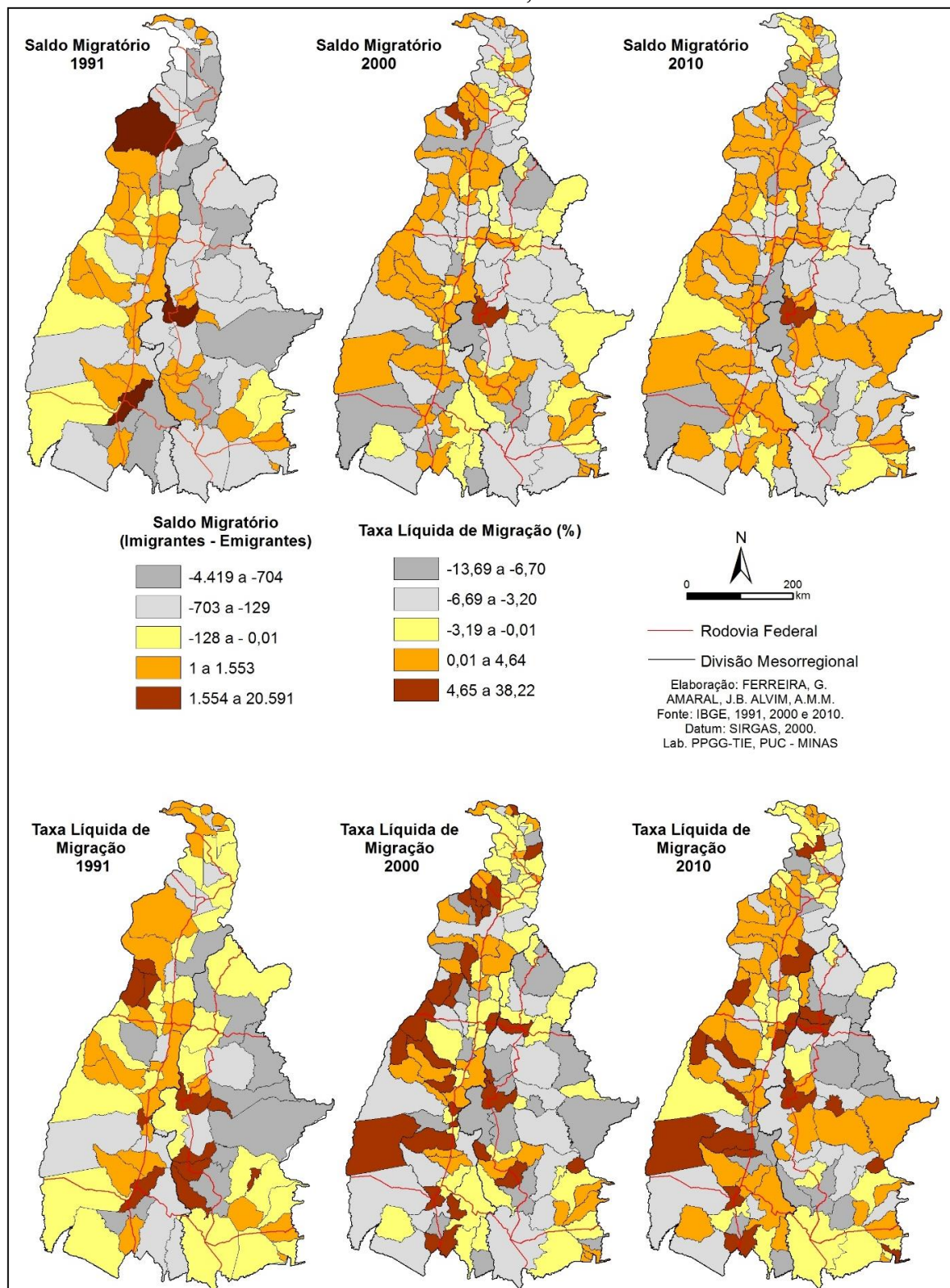
Figura 4 – Tocantins (Brasil): movimentos migratórios intermunicipais mais intensos ocorridos nos períodos 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

No Tocantins, faz-se necessário destacar que os municípios mais atrativos também foram os que mais expulsaram migrantes, à exceção de Palmas. Apesar desses movimentos complexos, entre 1991 e 2010, no que diz respeito ao saldo migratório (diferença entre imigração e emigração), nota-se um número cada vez maior de municípios com resultado positivo (Figura 5).

Figura 5 – Tocantins (Brasil): saldo migratório e taxa líquida de migração dos municípios, no âmbito intraestadual, 1991-2010



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O mesmo vem ocorrendo com a taxa líquida de migração, já que a migração tem contribuído para o acréscimo populacional da maioria desses municípios (Figura 5). Mas, muitos municípios perdem população, e, nesses casos, os movimentos migratórios têm contribuído para o decréscimo populacional destes. Porto Nacional, por exemplo, destaca-se pelo poder de expulsão, porque vem, desde 1991, apresentando saldos migratórios negativos nos três períodos estudados e taxa líquida de migração positiva apenas no primeiro, tendo sido negativas nos períodos consecutivos (IBGE, 1991; 2000; 2010).

Também se faz necessário relatar que na mesorregião Oriental (na porção territorial da margem direita do rio Tocantins), onde se encontram Palmas e Porto Nacional, muitos municípios apresentam saldos migratórios negativos, quer dizer, o número de emigrantes supera o de imigrantes, e taxas líquidas de migração negativas, significando que o movimento migratório tem contribuído para o decréscimo de suas populações municipais (Figura 4). Por sua vez, na mesorregião Ocidental (na porção territorial da margem esquerda do rio Tocantins, com a presença da BR 153), onde se encontram Araguaína e Gurupi, a maioria dos municípios apresenta saldo migratório positivo, exercendo maior atratividade sobre a população intraestadual (Figura 4) (IBGE, 1991; 2000; 2010).

3 URBANIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E REDE URBANA: ATIVIDADES POLÍTICO-ECONÔMICAS E REDEFINIÇÃO DOS PAPÉIS URBANOS NO TOCANTINS

Esse segmento da rede urbana brasileira no Tocantins encontrava-se bastante desarticulado, sobretudo, pela desigual espaço-temporalidade dos processos que, historicamente, atuaram desde a ocupação desse território⁷. No antigo norte goiano, hoje Tocantins, a origem e a evolução dos embriões urbanos estão associadas aos processos de ocupação e de povoamento, bem como de inserção desse território na divisão territorial do trabalho. Entre esses fatores, destacaram-se, nos séculos XVIII e XIX, os processos vinculados à mineração, à atividade agropastoril tradicional e às missões religiosas. Essas atividades promoveram a formação de núcleos mineradores e de aldeamentos indígenas, a instauração de registros (postos fiscais) e de presídios (postos militares), a doação de patrimônios religiosos, a abertura de caminhos e de picadas, e a navegação nos rios Tocantins e Araguaia. Tais processos foram estruturadores de um padrão embrionário de rede urbana na região, comandado, de maneira relativa, por Porto Nacional, cuja “[...] localização na margem direita do rio Tocantins conferiu uma excelente posição, garantindo o acesso e o controle da navegação no alto e médio Tocantins. Tal arranjo espacial possibilitou um acúmulo de funções diretamente ligadas ao incremento da navegação no Tocantins, orientando uma primeira fase de estruturação da rede embrionária de arraiais” (BESSA, 2015, p.13-14).

No final do século XIX e no início do século XX, sobressaíram fatores associados à dispersão das atividades agropastoris e do extrativismo vegetal, e, a partir da década de 1940, à garimpagem de pedras preciosas e cristal de quartzo. Nesse período, houve um aumento do número de aglomerações urbanas e das interações espaciais. Nesse contexto, “[...] diferenciaram-se Porto Nacional e Tocantinópolis, principais portos fluviais, responsáveis pela circulação dos produtos regionais, demonstrando o comando exercido pela rede fluvial no processo de interconexão das aglomerações. Em decorrência da posição ribeirinha, esses centros alcançaram certa relevância regional no antigo norte do estado de Goiás” (BESSA, 2015, p.17).

A partir do final da década de 1950, predominaram fatores relacionados às políticas de integração nacional, com destaque para a expansão dos eixos rodoviários, em especial da BR-153, e para os investimentos na agropecuária e na urbanização, que levaram a um aumento do número de centros e a uma nova conformação da rede urbana regional, marcada pela ascensão de dois centros, Araguaína e Gurupi, que, segundo Machado (1979, p.157), desempenhavam papéis como centros regionais, inclusive pelo “[...] comando da expansão capitalista na região”.

No final do último século, destacaram-se a própria criação do estado do Tocantins, sua inclusão na Amazônia Oriental e a construção da capital estadual, Palmas, a partir de 1989, cuja

intensidade das alterações levou a uma reconfiguração espacial, com profunda reestruturação no padrão da rede urbana (BESSA, 2015).

Nesse contexto recente, a dinâmica demográfica, com destaque para o crescimento populacional, a intensificação das taxas de urbanização e os movimentos migratórios intermunicipais, intensifica e, ao mesmo tempo, é intensificada pela concentração das atividades político-econômicas. Porém, tanto a dinâmica demográfica como a concentração dessas atividades promoveram alterações nos papéis desempenhados pelos centros urbanos e, conseqüentemente, reestruturações no padrão espacial rede urbana no Tocantins.

Do ponto de vista dos papéis urbanos, a capital estadual - Palmas - aparece, inicialmente, exercendo papéis de controle sobre o espaço e sobre parcelas da produção regional, por meio das funções urbanas de natureza político-administrativa e, assim, estabelece-se uma nova hierarquia urbana. Esta foi, posteriormente, reforçada e alargada por meio das funções comerciais e de prestação de serviços (público e privado) que se ampliaram e se diversificaram, resultando em maior distinção. Tanto Araguaína como Gurupi e Porto Nacional foram esvaziados de parcelas de suas funções, especialmente as de comando regional, pois o centro que passa a sediar o poder político-administrativo assegura relativa importância junto à sua área de influência, aí incluídos o campo e os centros subordinados. Dessa forma, Palmas passa a ter seu papel definido pelo amplo comando regional, por sua capacidade de exercício do poder político e de controle sobre a atividade econômica, pela capacidade de atender as demandas regionais e pela capacidade de manter interações horizontais e verticais, resultando numa profunda distinção, orientando a redefinição hierárquica e, conseqüentemente, a reatualização da rede urbana.

Assim, observa-se um processo de ampliação da complexidade funcional dos centros urbanos, diretamente associada a uma crescente divisão territorial do trabalho, que resulta em alterações hierárquicas e qualificações funcionais mais específicas, com destaque para os papéis exercidos pelos centros de zona, centros regionais e pela capital estadual⁸. No Tocantins, esses principais centros urbanos passaram a acolher novas funções urbanas, marcadas pela relevância da produção e do consumo de bens e serviços, que, de um lado, cooperam para ampliar as hinterlândias desses centros, com o reforço das horizontalidades regionais, e, de outro lado, geram especializações funcionais, que colaboram com o reforço das verticalidades interregionais e com as interações de longa distância⁹.

Do ponto de vista produtivo, esses centros passam a acolher funções associadas à modernização do campo, tanto na produção de grãos como de carnes¹⁰. Alguns se transformam em cidades do campo¹¹, a exemplo de Porto Nacional, Guaraí, Pedro Afonso, Campos Lindos, Cariri do Tocantins, Silvanópolis, entre outras, que são chamadas a acolher os conteúdos da modernização das atividades agropecuárias e do extrativismo.

Nesses centros, destaca-se a chegada de grandes corporações nacionais e multinacionais do agronegócio, o que torna bastante complexas as interações espaciais em nível nacional e, até mesmo, mundial. Essas corporações são responsáveis pela implantação de usinas, como a usina de cana-de-açúcar da Bunge Alimentos, em Pedro Afonso, e do complexo industrial da Granol, em Porto Nacional; de filiais e escritórios, a exemplo da Amaggi, em Guaraí, da Agrex do Brasil, em Guaraí, da Multigran, em Guaraí, da ADM, em Palmas, da Monsanto, em Porto Nacional, entre outras; e de unidades de armazenagem, a exemplo da Bunge Alimentos, em Guaraí, Cariri do Tocantins, Porto Nacional, Campos Lindos e Gurupi; da ABC-Inco, em Campos Lindos; da Cargill Agrícola, em Pedro Afonso e Campos Lindos; da Agrex do Brasil, em Cariri do Tocantins, Mateiros, Campos Lindos, Porto Nacional; da Multigran, em Porto Nacional, Gurupi e Fortaleza do Tabocão; da Fiagril, em Porto Nacional, Silvanópolis e Alvorada; da Granol, em Porto Nacional, Figueirópolis e São Valério; entre outras. Sobressaem, ainda, indústrias frigoríficas (Minerva, em Araguaína; Cooperfrigu, em Gurupi; Bonasa Alimentos, em Aguiarnópolis; Plena Alimentos, em Paraíso do Tocantins; Masterboi, em Nova Olinda; Boi do Brasil, em Alvorada; Frigorífico Paraíso, em Paraíso do Tocantins, entre outras), além de abatedouros e curtumes, a exemplo das unidades da Curtidora Tocantins, em Colinas

do Tocantins, e Curtume Nacional, em Porto Nacional. No que diz respeito à atividade extrativista, sobressaem Peixe (mineração), Tocantinópolis (babaçu) e Almas (piscicultura). Há, também, uma unidade produtiva da Votorantim Cimentos em Xambioá (SECRETARIA DA FAZENDA, 2013a; 2015a). Ademais, destaca-se, como uma das principais empresas importadoras do estado, a Fertilizantes Tocantins, sediada em Porto Nacional (SECRETARIA DA FAZENDA, 2013b; 2015b). A presença dessas atividades resulta em complexificação e especialização funcional desses centros, que se diferenciam entre si e também dos demais, sintetizando uma refuncionalização dos lugares na divisão territorial do trabalho.

No setor terciário, as alterações são marcadas pelas modernas estruturas do comércio varejista e atacadista, e pelas novas atividades associadas à prestação de serviços. Assim, tem-se a difusão dos supermercados, hipermercados e *shopping centers*. Nesses, tem-se a presença de empresas como a rede de Hipermercados Extra, em Palmas; as Lojas Americanas, em Palmas, Araguaína e Gurupi; os atacadistas Atacadão e Makro, em Palmas; e o Capim Dourado Shopping, em Palmas, com filiais e franquias diversas (BESSA, 2015).

Tais centros também acolhem as novas atividades associadas à prestação de serviços, entre o quais sobressaem os serviços, públicos e privados, do setor financeiro, de saúde e de ensino. No que diz respeito às atividades financeiras (rede bancária e outros intermediários do sistema financeiro), destacam-se Palmas, Araguaína e Gurupi, que contam com 86, 20 e 17 unidades financeiras, respectivamente; e, secundariamente, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Guaraí e Colinas do Tocantins (IBGE, 2014). Com relação aos serviços de saúde, de média e alta complexidade, destacam-se Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Augustinópolis, Dianópolis, Guaraí, Colinas do Tocantins, Miracema do Tocantins, Tocantinópolis, Arraias, Miranorte, Alvorada, Taguatinga, Formoso do Araguaia, Pedro Afonso e Araguatins. No que se refere às atividades de ensino, graduação e pós-graduação *strictu sensu* reconhecidos pelo MEC e pela Capes, sobressaem-se Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Paraíso do Tocantins, Tocantinópolis, Alvorada, Miracema do Tocantins, Araguatins e Arraias (ALVES; BESSA, 2013).

Há de se ressaltar também o papel do Estado na criação e instalação, tanto na capital como em alguns outros centros, de um número crescente de instituições, fundações e órgãos estatais ligados à gestão político-administrativa direta e à prestação de serviços públicos. Entre esses centros, destacam-se, por sediar instituições públicas federais, a exemplo do INSS, da Receita Federal e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como secretarias e institutos estaduais, Palmas, Araguaína, Gurupi, Dianópolis, Araguatins, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins (ALVES; BESSA, 2012). A presença desses órgãos estatais implica num ponderável campo de trabalho e, por essa razão, esses centros, sobretudo a capital, têm atraído parte da população migrante, tendo em vista o peso do setor público como principal empregador no mercado formal de trabalho.

Portanto, esses centros apresentam-se como focos da vida político-administrativa e também como pontos de atração de empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, já citadas, que são altamente seletivas. Entre esses centros, por sediar atividades vinculadas às demandas regionais e às modernas formas de expansão capitalista, sobressaem-se Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Guaraí e Colinas do Tocantins (IBGE, 2006-2014) (Tabela 2). Outros centros também se destacam: Araguatins, Dianópolis, Miracema do Tocantins, Formoso do Araguaia, Pedro Afonso, Miranorte, Alvorada, Araguaçu e Tocantinópolis (IBGE, 2006-2014).

Ainda com relação ao papel do Estado, destacam-se as melhorias com relação à base infraestrutural, que, conseqüentemente, resultam em melhorias na posição geográfica dos centros urbanos tocaninenses. Essas envolvem a ampliação das infraestruturas de transporte rodoviário (rodovias de ligação intermunicipais, sobretudo com Palmas, e os projetos de duplicação da BR-153), ferroviário (Ferrovia Norte-Sul e seus pátios modais projetados para Aguiarnópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Palmas-Porto Nacional e Gurupi), aéreo (aeroporto de Palmas, com obras estruturais do terminal de carga) e hidroviário (hidrovia do Tocantins-Araguaia, com terminais

de carga projetados para Peixe, Porto Nacional, Palmas, Miracema do Tocantins, Pedro Afonso, Aguiarnópolis, Praia Norte, Araguacema, Couto Magalhães e Xambioá), que visa consolidar novos corredores de exportação; e, por fim, a implantação de projetos hidrelétricos (UHE São Salvador, UHE Peixe Angical, UHE Luís Eduardo Magalhães, UHE Estreito, entre outros).

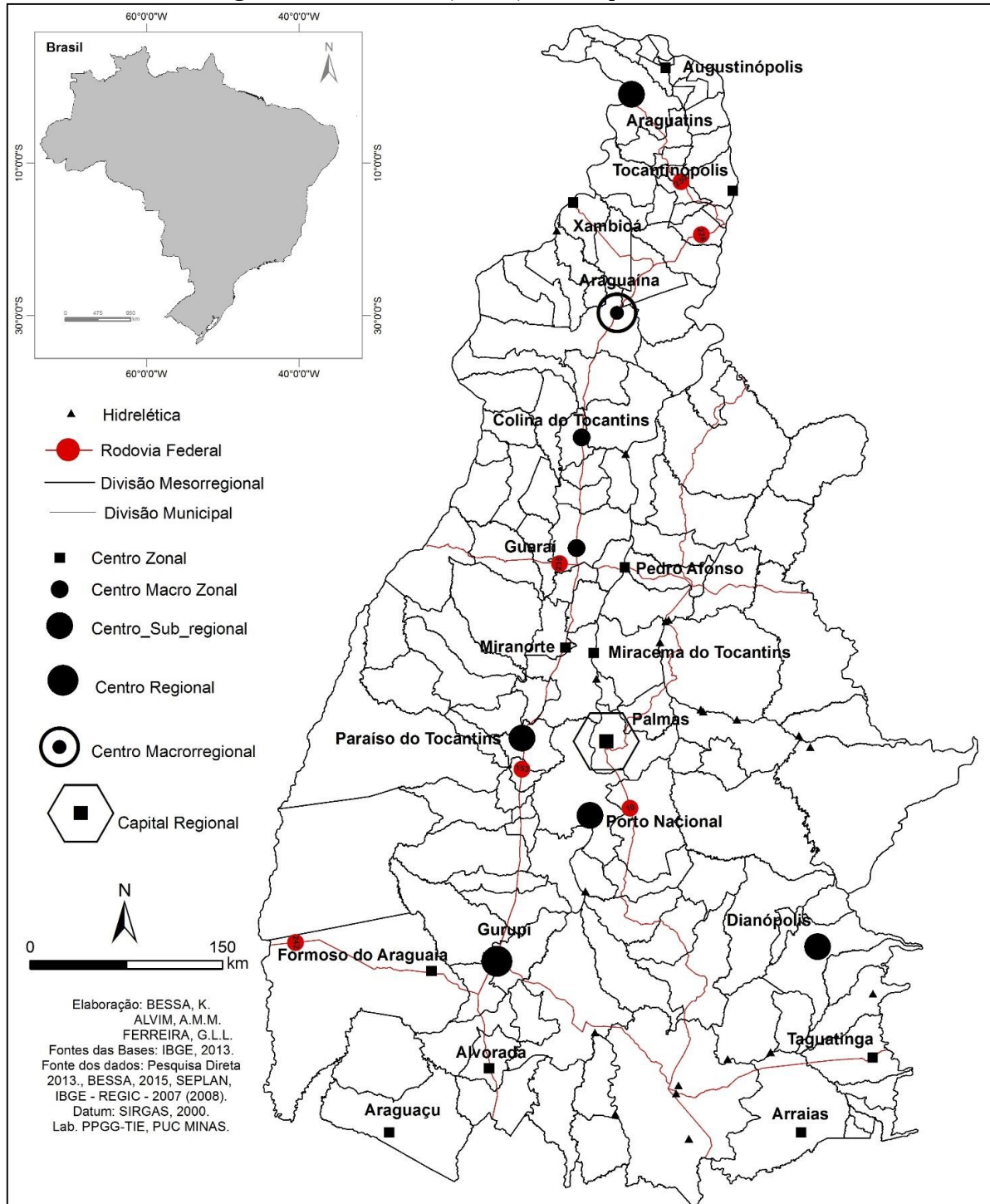
Tabela 2 – Tocantins: evolução no número de unidades locais industriais e comerciais e serviços nos principais centros urbanos, 1995-2014

Municípios	Indústria (unidade local)					Comércio e serviços (unidade local)				
	1995	2006	2010	2012	2014	1995	2006	2010	2012	2014
Palmas	186	258	357	346	324	1.552	3.782	5.413	6.220	6.794
Araguaína	187	204	223	235	220	1.492	2.256	2.877	3.130	2.506
Gurupi	223	144	160	161	170	1.449	1.695	1.937	2.050	2.096
Paraíso do TO	94	109	109	124	120	699	1.033	1.122	1.085	1.142
Porto Nacional	70	86	84	81	89	515	811	929	1.040	1.083
Guaraí	34	61	65	62	46	252	526	645	640	581
Colinas do TO	56	38	37	48	38	348	418	543	517	538

Fonte: IPEADATA, 1995. IBGE. Cadastro Central de Empresas, 2006-2014.

Tais condições afiançaram a ampliação e a diversificação dos papéis urbanos, resultando numa rede urbana não mais embrionária, mas que vem assumindo certa complexidade, com múltiplos circuitos e relativamente hierarquizada (Figura 6). Nessa, Palmas desempenha papel como Capital Regional, porque vem articulando um segmento de rede próprio, por meio das ações de seus agentes sociais, políticos e econômicos, contando com relativas funções urbanas, entre as quais se destacam a administrativa (gestão política), a comercial e a de prestação de serviços. Araguaína exerce papel como Centro Macro-Regional, e Gurupi desempenha papel como Centro Regional, ambos estruturados em torno de fornecimento de bens e serviços para atendimento à população local e regional, respectivamente, na porção norte e sul do estado. Vale ressaltar que Araguaína vem alargando sua área de influência, apesar da competição direta com outros dois centros, Imperatriz (MA) e Marabá (PA), tendendo a destacar-se por meio de uma influência macrorregional.

Nesse segmento de rede urbana, destacam-se ainda Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Dianópolis e Araguatins, que desempenham papéis como Centros Sub-Regionais. Observam-se também alguns centros de zona, entre os quais: Colinas do Tocantins e Guaraí, que exercem papéis como Centros Macro-Zonais; e Tocantinópolis, Miracema do Tocantins, Pedro Afonso, Alvorada, Arraias, Taguatinga, Formoso do Araguaia, Augustinópolis, Miranorte, Araguaçu e Xambioá (Figura 6), estruturados em torno do fornecimento de bens e serviços básicos, para atendimento à sua população local e microrregional. Mantém-se, obviamente, na base dessa rede, um número expressivo de pequenas aglomerações urbanas, que desempenham papéis subordinados.

Figura 6 – Tocantins (Brasil): hierarquia urbana, 2015

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já apontado, a urbanização é um processo organizador do território na região Norte do país, orientando seu ordenamento e sua evolução socioespacial. No Tocantins, inserido, oficialmente, na região Norte após 1989, quando ocorre sua separação político-territorial de Goiás, as dinâmicas recentes associadas à urbanização evidenciam redefinições urbano-regionais.

Nesse contexto, a dinâmica demográfica, orientada pelo crescimento populacional, pelas

taxas mais elevadas de urbanização e pela acentuação dos movimentos migratórios, resultou em uma redistribuição da população no território tocaninense. Tais dinâmicas foram, igualmente, marcadas pela implantação da capital estadual, Palmas, pelos processos de criação de um conjunto expressivo de novos municípios e pelo processo de urbanização aglomerada e concentrada nos centros de maior porte, que, de modo semelhante, apresentaram as taxas mais elevadas de urbanização.

Paralelamente aos processos de redistribuição da população nesse território, percebe-se a reestruturação, por intermédio da ação de agentes políticos e econômicos, do padrão espacial da rede urbana, sobretudo, pelas melhorias na posição geográfica e pela ampliação e diversificação funcional dos principais centros, diretamente vinculadas a uma crescente divisão territorial do trabalho no Tocantins.

Tal reestruturação da rede urbana é marcada pelas mudanças hierárquicas e pela distinção crescente entre os principais centros urbanos, com destaque para os papéis exercidos pela capital estadual, Palmas, pelos centros regionais, Araguaína e Gurupi, e sub-regionais, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Dianópolis e Araguatins, e por um conjunto de centros de zona (Figura 6). Esses centros principais passam a desempenhar novas funções urbanas, associadas à produção e ao consumo de bens e serviços, que dota esses centros de uma centralidade mais ampla e complexa, reforçando as interações espaciais, que se tornam mais densas tanto com centros no interior desse segmento de rede, por meio de horizontalidades, como com centros mais distantes, por meio de verticalidades, complexificando a própria configuração espacial dessa rede urbana. Esse novo contexto de dinamismo dos principais centros urbanos e da própria rede urbana intensifica e, simultaneamente, é intensificado pelos movimentos migratórios. Havendo, portanto, relação evidente entre a rede urbana e a dinâmica demográfica, especialmente os movimentos populacionais.

Tais modificações na redistribuição da população, especialmente pelas migrações, e na reestruturação da rede urbana são reflexos das transformações políticas, econômicas e socioculturais por que vem passando a região, sobretudo, depois de sua separação política do estado de Goiás e de sua inserção na Amazônia Oriental, levando a uma reinserção desse novo estado na divisão territorial do trabalho.

NOTAS

¹ Trata-se da mais nova unidade administrativa do Brasil. O Tocantins foi criado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e instalado, na região Norte, em 1 de janeiro de 1989 (BRASIL, 1988).

² A respeito dos elementos analíticos da rede urbana, ver Corrêa (1988; 2000; 2006).

³ Para o ano de 1991, construiu-se a matriz com 79 linhas e 79 colunas, totalizando os 79 municípios então existentes no Tocantins; e, a partir de 2000, as duas matrizes seguintes (2000 e 2010) foram construídas com 139 linhas e 139 colunas, porque ocorreu a criação de 60 municípios e o estado passou a contar ao todo com 139.

⁴ Assim, é possível calcular o volume daquelas pessoas que não residiam no município no ano de recenseamento e que migraram (imigrantes) para esse, bem como daquelas pessoas que desse município saíram (emigrantes) (RIGOTTI, 1999).

⁵ Há controvérsias com relação ao porte demográfico dos centros intermediários. Santos (1993, p. 51) aponta que, “há três ou quatro decênios, as cidades médias eram as que tinham cerca de 20.000 habitantes”, sendo que, atualmente, 100.000 habitantes seria “[...] o novo limiar da cidade média” brasileira. Por sua vez, Andrade e Serra (2001) admitem que, em um sistema de cidades nacional, que vem sofrendo alterações significativas como o brasileiro, há, nas extremidades desse sistema, grandes e pequenas cidades, e, entre esses dois extremos, têm-se centros intermediários, cuja população

urbana está entre 50 e 500 mil habitantes. Torné e Sanfeliu (1999), em contexto mundial, orientam que cidades médias são aquelas com população entre 20 mil habitantes e 2 milhões de habitantes. Amorim Filho e Serra (2001, p.3) apontam que o critério demográfico é apenas “[...] uma primeira aproximação” na análise do porte dos centros urbanos, pois se deve considerar que o recorte demográfico pode variar bastante de região para região e de país para país, assim como pode variar numa análise diacrônica e segundo o critério adotado pelos pesquisadores. A respeito de cidades médias e pequenas, ver Sposito (2010; 2007; 2001) e Sposito; Elias; Soares; Maia; Gomes (2007), entre outros.

⁶ A esse respeito, ver Becker (1985), Lavinhas (1987), Corrêa (1987), Machado (1999), entre outros.

⁷ A respeito dos processos de ocupação, de constituição das aglomerações urbanas e de formação da rede urbana nessa região, ver Palacín (1979), Machado (1979), Gomes; Teixeira; Barbosa (2005), Palacín; Moraes (2008), Bessa (2015), entre outros.

⁸ Nesse contexto, segundo informações da pesquisa Regiões de Influência das Cidades-2007 (IBGE, 2008), Palmas passa a desempenhar papel como “Capital Regional B”, Araguaína como “Capital Regional C”, Gurupi como “Centro Sub-Regional B”, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Guaraí, Colinas do Tocantins, Tocantinópolis e Dianópolis como “Centros de Zona A”, e Miracema do Tocantins, Pedro Afonso, Natividade, Fátima, Taguatinga, Araguaçu, Palmeirópolis e Araguatins como “Centros de Zona B”. Na base dessa rede, mantém-se um importante número de pequenas aglomerações urbanas subordinadas.

⁹ A respeito de interação espacial e de horizontalidade e verticalidades, ver Corrêa (1997) e Santos (1996).

¹⁰ Não obstante, as mudanças abarcam a implantação de projetos agropecuários que, desde o final dos anos de 1970, promovem incentivos à melhoria da pecuária e ao desenvolvimento da agricultura e fruticultura (Projeto Javaés e Projeto Rio Formoso, em Formoso do Araguaia, Dueré e Lagoa da Confusão; Projeto Manuel Alves, em Dianópolis; Prodecer III, em Pedro Afonso; Projeto Sampaio, em Carrasco Bonito, Sampaio e Augustinópolis; Projeto Gurita, em Itapiratins, Projeto São João, em Palmas, entre outros). Recentemente, essas áreas fazem parte do projeto do Matopiba, que compreende os espaços recentes de expansão do agronegócio no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (BRASIL, 2015; MIRANDA; MAGALHÃES; CARVALHO, 2014).

¹¹ Na perspectiva de Santos (1993, p. 52), a cidade do campo “[...] é obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais imediatas”. De fato, as cidades do campo desempenham funções de apoio ao campo moderno.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. N.; BESSA, K. **Os principais centros de gestão do território no Tocantins: o papel dirigente do Estado na reestruturação da rede urbana.** Porto Nacional, 2012. 30p. (Relatório final de pesquisa).

ALVES, A. N.; BESSA, K. **Os principais centros de gestão do território no Tocantins: a concentração das atividades de saúde e ensino na reestruturação da rede urbana.** Porto Nacional, 2013. 37p. (Relatório final de pesquisa).

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no

planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.129-169.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 47, n. 3/4, p. 357-371, jul./dez. 1985.

BESSA, K. Periodização e diferenciação espacial no segmento de rede urbana no Tocantins. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 9-27, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 8.447**, de 6 maio 2015. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu comitê gestor. Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários brasileiros sobre migrações: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 15, p. 7-18, 1998.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 49, n.3, p.1-164, jul./set.1987.

CORRÊA, R. L. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n.2, p.107-124, abr./jun.1988.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 1997. p. 279-318.

CORRÊA, R. L. Rede urbana e formação espacial - uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro: Garamond, ano V, n.8, p.121-129, jan./jun.2000.

CORRÊA, R. L. **Estudos da rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A.; BARBOSA, A. S. **Geografia: Goiás-Tocantins**. 2 ed. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cadastro central de empresas 2006-2014**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico Brasileiro de 1991; 2000; 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2015-2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades-2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IPEADATA 1995. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 2012.

LAVINAS, L. (Org.). **A urbanização da fronteira**. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, 1987. (Série Monográfica, n. 5).

MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 1, p. 109-138, jan./jul. 1999.

MACHADO, L. O. **Urbanização e política de integração no norte de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 198f, 1979.

MIRANDA, E. E.; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. **Proposta de delimitação territorial do Matopiba**. Campinas, 2014. (Nota Técnica 1).

PALACÍN, L. Os três povoamentos de Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, ano 7, n.8, p.81-95, 1979.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Ed. da UCG/Ed. Vieira, 2008.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese (Doutorado) - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 141p., 1999.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. Horizontalidades e verticalidades. In: SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo/razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. p.208-229.

SECRETARIA DA FAZENDA. **Exportação do estado do Tocantins**: por principais empresas exportadoras e faixas em 2013a. Disponível em: <<http://www.sefaz.to.gov.br/informacoes.php>>. Acesso em: 01 jul. 2014a.

SECRETARIA DA FAZENDA. **Exportação do estado do Tocantins**: por principais empresas exportadoras e faixas em 2015a. Disponível em: <<http://www.sefaz.to.gov.br/informacoes.php>>. Acesso em: 01 nov. 2016a.

SECRETARIA DA FAZENDA. **Importação do estado do Tocantins**: por principais empresas importadoras e faixas em 2013b. Disponível em: <<http://www.sefaz.to.gov.br/informacoes.php>>. Acesso em: 01 jul. 2014b.

SECRETARIA DA FAZENDA. **Importação do estado do Tocantins**: por principais empresas importadoras e faixas em 2015b. Disponível em: <<http://www.sefaz.to.gov.br/informacoes.php>>. Acesso em: 01 nov. 2016b.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B.(Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001. p. 609-643.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 35, p. 51-62, 2010.

SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R.; MAIA, D. S.; GOMES, E. T. A. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

TORNÉ, J. M.; SANFELIU, C. B. **Ciudades intermedias y urbanización mundial**. Lleida: Ayuntamiento de Lleida, Unesco, UIA, 1999.

Data de submissão: 06.08.2017

Data de aceite: 07.08.2018

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.